

Conselho Regional

11 de Abril de 2006

A nossa região encontra-se hoje confrontada com problemas e desafios que decorrem, por um lado, das suas próprias fraquezas e limitações e, por outro, das mutações económicas, sociais e institucionais que caracterizam o tempo presente na Europa e no mundo. Na comparação consigo própria, a situação da região melhorou visivelmente ao longo das duas últimas décadas (para tomar apenas por referência temporal o período da nossa integração na Comunidade Europeia). Porém, em relação às regiões mais prósperas da Europa, ou mesmo em relação à média europeia, o desenvolvimento da nossa região não pode considerar-se satisfatório.

As melhorias em relação a si própria manifestam-se, sobretudo, no plano da coesão social. Se considerarmos que o objectivo último da actividade económica é o da melhoria do bem-estar individual, temos aqui, sem dúvida, um índice de sucesso no próprio plano económico. Não nos iludamos, porém, pois os progressos alcançados não serão sustentáveis no tempo nem poderão dar lugar a progressos adicionais, se não houver continuamente a criação de mais riqueza que possa alimentar o processo de redistribuição em que assenta o reforço de coesão. Temos, assim, que apostar decisivamente no crescimento económico, pois só ele poderá permitir consolidar o nível de equidade já atingido e garantir a passagem para patamares mais elevados de rendimento e de bem-estar.

Os caminhos a seguir não são fáceis, mas são razoavelmente claros. O que hoje constitui fonte de crescimento económico nas regiões e nos países mais avançados (que têm necessariamente de constituir a nossa referência) não é a simples acumulação de mais recursos produtivos iguais aos do passado, mas é sobretudo a introdução de conhecimento, de inteligência e de organização em todos os aspectos da vida das empresas, da acção dos poderes públicos e da nossa vida económica e social em geral, para se aumentar o nível de eficiência e se poder, assim, tirar todo o partido possível desses recursos acumulados. Noutros termos, é necessário prosseguir o esforço de

investimento em termos quantitativos, mas, paralelamente, é imprescindível introduzir mais qualidade e racionalidade nesse investimento.

É um desafio e uma agenda que a todos envolve e a todos diz respeito. Aos poderes públicos, evidentemente, que têm uma responsabilidade primacial de não deixarem que o país no seu todo passe ao lado dos desafios do tempo presente. As tarefas são aqui não apenas do poder central, mas também do poder local que, na sua nobre missão, tem conseguido realizar, na nossa região, o «milagre» de manter vida e esperança nos locais mais recônditos do território, contrariando a tendência para o despovoamento do interior e para o desaproveitamento e desvalorização dos recursos que aí se encontram.

Mas a tarefa é, também, e de um modo decisivo, dos agentes económicos privados e das instituições de ensino, investigação e transferência de tecnologia, que, propositadamente, coloco no mesmo grupo. De facto, se há traço que marque profundamente a economia e a sociedade actuais é o de uma relação não só mais forte do que no passado, mas de cariz quotidiano, entre o mundo empresarial e o mundo académico. Esta relação, de interdependência e de interacção, é hoje decisiva para o crescimento económico, pois é por ela que passa em muito larga medida o fluxo de conhecimento que alimenta o processo de inovação nas empresas, que, por sua vez, é necessário ao reforço da competitividade e constitui a única garantia de um crescimento sustentado.

Mas a agenda da passagem da região a uma nova fase do seu desenvolvimento envolve ainda todos os outros agentes, em todos os sectores, pois as soluções para este desenvolvimento são necessariamente colectivas. Isso implica o esforço de cada um e requer a cooperação entre todos.

Pela nossa parte, enquanto responsáveis por este organismo da Administração Pública com importantes funções e particulares responsabilidades em matéria de desenvolvimento económico, não pouparemos esforços para dar o nosso contributo para este esforço colectivo. Vêm aí novos meios financeiros, resultantes da solidariedade europeia, para, em complemento aos recursos nacionais, nos ajudarem a realizar novos investimentos e novas acções a favor do desenvolvimento. É uma grande oportunidade

que não podemos desperdiçar. Precisamos, nesta fase de preparação dessas acções e desses investimentos, de reunir três condições essenciais a nível regional.

Precisamos, antes de mais, da mobilização de todos os agentes da região e da sua união e cooperação em torno dos mesmos objectivos e dos mesmos projectos. Vamos, por isso, obrigatoriamente encontra-nos com maior frequência, seja no âmbito deste Conselho Regional, seja de outro modo, para discutirmos e consensualizarmos aquilo que, do ponto de vista da Região, é bom e necessário para o seu desenvolvimento.

É necessário, por outro lado, que este organismo a que tenho a honra de presidir possa exercer plenamente as funções que lhe estão destinadas, não apenas as de preparação e gestão de um programa operacional, mas também as funções, mais vastas, de carácter estratégico que correspondem igualmente à sua matriz e que são absolutamente essenciais para assegurar coerência e eficácia não só ao próprio programa operacional regional, mas a todas as intervenções públicas na região. É aqui de referir a missão em que actualmente a CCDR está envolvida de preparação do PROT para a região, no qual se definem as grandes linhas do seu desenvolvimento em termos de ordenamento do território, e é de registar a intenção manifestada pelo Governo no âmbito do PRACE de definir funções concretas a exercer pelas CCDR em matéria de coordenação transversal da aplicação das políticas públicas (ou de uma parte delas) na região.

Se esta última função (de coordenação) sempre esteve prevista na missão destes organismos regionais, ela justifica-se hoje mais do que nunca, por duas razões essenciais. Primeiro, porque, qualquer que seja o nível territorial a que se aplicam as políticas públicas, a coordenação entre elas é uma condição vital da sua eficácia e tem havido até aqui um permanente défice desta coordenação a nível das Regiões em Portugal. Segundo, porque a própria mecânica dos Fundos Estruturais da União para o próximo período, obrigando a que cada programa operacional seja financiado apenas por um Fundo, conduz à fragmentação da política estrutural e requer, por isso, a nível interno de cada país beneficiário dos Fundos, um esforço acrescido de coordenação. Dada a diversidade de situações, face aos Fundos, em que se encontram hoje as regiões portuguesas, é óbvio que esta função de coordenação só pode ser exercida eficazmente a nível de cada região.

A terceira condição que é preciso reunir para bem se aproveitar a oportunidade proporcionada por este novo ciclo de Fundos Estruturais é a de que, após o bom resultado conseguido pelo Governo português na distribuição destes Fundos por países, é necessário que a repartição interna entre as regiões corresponda à situação relativa e às necessidades de cada uma. Importa aqui ter em conta que a Região Centro (apesar do simbolismo da sua localização central) nunca esteve no centro das atenções em matéria de repartição de recursos. Talvez por isso, nas grandes obras que se fizeram no país com estes Fundos, nomeadamente em matéria de vias de comunicação, ela tenha servido, sobretudo, de elo de ligação entre o Norte e o Sul e entre o país e o estrangeiro, mas nunca foi verdadeiramente olhada em si mesma. Continuamos, por isso, a ter uma região pouco integrada, mesmo fragmentada, o que é mau não apenas para si própria, mas para o país no seu todo.

São estas as breves considerações que se me afiguraram aqui oportunas porque me parecem corresponder ao espírito desta sessão, onde o programa consiste na exposição e debate, não ainda da política concreta para a região, mas do seu enquadramento geral. Como já referi há instantes, a agenda vai adensar-se a partir daqui, para definir os traços e o conteúdo desta política. Vamos, por isso, encontra-nos ainda com maior frequência do que até aqui, pelo que vos digo apenas: até já. Obrigado.